

## A MODA DE DIZER MAL DE PORTUGAL

por Mário Soares

De tempos em tempos as elites portuguesas resolvem dizer mal de Portugal. Agora voltou a ser moda. Não os políticos, claro, porque esses são os bombos da festa, os culpados de tudo. Mas os economistas, os sociólogos, os politólogos, os comentadores e alguns jornalistas comprazem-se a explorar esse filão. Vão na linha da corrente de descontentamento provocada pela crise global - que é, obviamente, séria e está longe de ter terminado - e afecta toda a Europa e mesmo o resto do Mundo, sem levar em consideração e comparação aquilo que se passa mesmo à nossa porta, para não irmos mais longe, na nossa vizinha Espanha.

Esta tendência para dizer mal, sem contemplanções, da nossa terra, tornou-se uma moda elegante, no final do Século XIX, com os chamados "vencidos da vida", que viam tudo de bom no estrangeiro e nada de bom em Portugal. Era uma maneira snob de se diferenciarem dos políticos do rotativismo monárquico, que eram o poder, e da Monarquia, sem a criticar abertamente. O próprio Rei D. Carlos, embarcou nessa corrente quando, ao regressar à terra, vindo de Paris, de que tanto gostava, dizia para o seu séquito: "lá vamos voltar para a piolheira". Sem, porventura o desejar, estava a desacreditar a Monarquia, mais do que Portugal...

A I República, na sua primeira fase, até à participação portuguesa na Grande Guerra (1916), fez-se no culto da Pátria, das heroicidades passadas, e teve como paradigma, não um herói de batalhas ou mesmo das descobertas, mas um Poeta, que cantou os grandes feitos da "ditosa Pátria minha amada": Luís de Camões, nos Lusíadas. Lembremos que foi no Centenário da morte de Camões, em 1880, que começou a arrancada para o movimento republicano que triunfaria em 1910 e cujo grande teórico foi Teófilo Braga, como prova a sua obra em 4 volumes (hoje raríssimos) "Soluções Positivas da Política Portuguesa".

O salazarismo, pelo contrário, trouxe o nacionalismo da época, militar e de inspiração fascista. A Pátria e a Igreja foram exaltadas, como aconteceu, mais tarde, no ano dos Centenários de 1940, curiosamente com um laivo anti-espanhol, nesse ano que foi o fim do "drôle de guerre" (1939) e da invasão nazi da França.

Esse nacionalismo (que exalta tudo o que é nosso e critica o que é dos outros) representa o contrário do patriotismo, aberto ao internacionalismo e ao vasto Mundo, como sempre foi a tradição portuguesa. Foi o nacionalismo que vigorou durante todo o regime salazarista e caetanista, com Portugal, isolado do Mundo e "orgulhosamente só", na frase tão pouco feliz de Salazar, no tempo das "guerras coloniais".

O 25 de Abril foi uma ruptura cerce com esse ominoso passado. Recuperámos o prestígio internacional, somos membros de pleno direito da União Europeia há mais de vinte anos, integramos o amplo espaço da Lusofonia, com a criação da CPLP, vencemos variadas crises, o que, para muitos historiadores e politólogos estrangeiros, representou uma "revolução de sucesso", exemplo para o Mundo. E foi.

Contudo, agora, ao cabo de mais de três décadas de consolidação democrática - com grandes dificuldades, concerteza, como todos os países europeus, mas não maiores, bem pelo contrário, das que afligem a maioria dos nossos parceiros - economistas, politólogos e sociólogos considerados, com vários comentadores a ajudar, olhos postos nos aumentos das audiências, começaram a gritar, que estamos a avançar para o caos e a profetizar que vão acontecer à Pátria todos os males, senão mesmo o seu próprio desaparecimento como Estado. Já ouvi essa música nos anos finais de 1970. Talvez isso alivie as consciências dos respectivos autores. É possível. Mas, de resto, não nos ajuda nada, porque um defectismo tão radical não vem acompanhado de soluções alternativas que nos indiquem um rumo melhor e exequível a seguir.

Curiosamente, esses mesmos economistas e politólogos, quando estávamos à beira da crise global - e os sintomas já eram visíveis e denunciados por alguns economistas prémios Nobel, como Stiglitz ou Krugman, entre tantos outros - estiveram, estranhamente, calados, não nos disseram nada, nem se julgaram obrigados a desmascarar os erros e crimes a que o neo-liberalismo - e as economias ditas de casino - inexoravelmente, nos conduziam. Agora, alguns ignoram as causas da crise global,

põem uma pedra sobre esse assunto incómodo e, com medo do que vem aí, parecem querer voltar às velhas receitas financeiras do economicismo por excelência.

Oxalá me engane. Mas precisamos de maior confiança no futuro da Pátria – e determinação para prosseguir as políticas que estimulem o emprego, reduzam as desigualdades sociais, combatam a pobreza e ajudem as pequenas e médias empresas – quanto a isso não tenho qualquer dúvida. Relativamente ao deficit externo, que atinge todos os nossos parceiros europeus, sem excepção, sigamos as directivas comunitárias, quando chegarem. Isso nos basta, por agora.

A corrupção alastra? Em Portugal parece estar a ser um flagelo crescente, embora não seja muito diferente do que se passa em Espanha, Itália, França e noutros nossos parceiros europeus. Mas há uma coisa que, com a repetição sistemática, verdadeiramente, me preocupa. A circunstância das informações que, em momentos políticos específicos aparecem e são glosadas com bastantes pormenores nos jornais, rádios e televisões, inesperadamente, quando os processos – se é que existem – ainda estão em segredo de justiça e não se consegue saber quem são os responsáveis pela sua divulgação e qual a sua credibilidade jurídica.

Em princípio, as informações só podem partir ou da Polícia Judiciária – que as investiga – ou dos Magistrados do Ministério Público, aos quais devem ser apresentadas. Como é que isso se explica? É que, reflectindo no que se tem passado, nestes últimos anos, é difícil não fazer leituras políticas dessas fugas de informação. Em primeiro lugar, quem tem interesse nelas? E, por outro lado, porque se eternizam na imprensa, falada e escrita – destruindo pessoas e reputações – e nunca os acusados chegam a ser levados a julgamento? Porquê? É um enigma que desacredita o nosso sistema judiciário e que corrói a própria Democracia.

A Senhora Procuradora Geral Adjunta, Cândida de Almeida – por quem tenho muito respeito e consideração e com quem trabalhei, bem como com o seu falecido Marido, Rodrigues Maximiano – disse, cito, a propósito da operação “Face Oculta”: “o processo ainda está em investigação” e, assim, o “número de arguidos pode aumentar ou diminuir”. E acrescentou, por isso, “vai haver toda uma investigação para confirmação ou infirmação dos factos”. E eu pergunto: porque se atirou então para a comunicação social com nomes de pessoas conhecidas, que são atingidas na sua honra e dignidade quando, apesar de já, ao que se diz, serem arguidas, ainda gozam da presunção de inocentes, até porque podem deixar de o ser, dadas as averiguações em curso?

É preciso não deixar impunes os responsáveis anónimos (e que não será difícil identificar) que divulgam para os meios de comunicação social essas acusações.

O segredo de justiça é para ser respeitado. Não pode ser infringido, impunemente, por funcionários anónimos, incapazes de dar a cara e que porventura trabalham para satisfazer ódios pessoais, vinganças a soldo, objectivos políticos ou apenas para mostrarem que bebem do fino...

O Prof. Marcelo, sim ou não? Ao que parece a resposta é nim. A crise de liderança que atravessa o PSD, o maior partido da Oposição, é grave e não parece próxima de ser superada. O que é grave para o sistema partidário, no seu conjunto, e para a governabilidade do País, no quadro eleitoral criado pelas eleições e em ambiente de crise global. Há candidatos à liderança, mas com que apoios, com que ideias, para seguir que rumo? Ninguém sabe.

Há uma guerra de clãs – “barões” chamou-lhes Marcelo – e cada grupo tenta proteger os seus interesses próprios. Não os do Partido nem, menos ainda, os do País. É o pior que pode acontecer a um Partido. Mas o mais curioso é que poucos dos Candidatos eventuais querem arriscar. Ora em política, o risco faz parte do jogo democrático. E quem não arrisca não petisca, como diz o Povo...

Passos Coelho tem a vantagem de não esconder o jogo. Avançou desde a primeira hora e vai consolidando os apoios. Rangel, visto por alguns, como uma jovem esperança, resolveu, comodamente, ficar por Bruxelas e esperar por melhores dias. Apontou para Marcelo – depois de Alexandre Relvas, José Luís Arnaut e outros o terem feito – enchendo-o de elogios, alguns, obviamente, merecidos. Mas esqueceu-se do essencial: a coragem de arriscar e avançar quando os outros hesitam. Marcelo, a bordejar os sessenta anos, quer ter certezas (o que é difícil em política), ser plebiscitado pelo Partido ou, pelo menos, levado às costas por uma vaga de fundo. Daí o nim.

O pior é que, em política, o cavalo raramente passa duas vezes à porta dos eleitos. E haverá sempre quem diga: “Ai não queres? Há mais quem queira”... E, além disso, não se sabe até agora, se quer ser Candidato a líder do Partido, para vir a ser Primeiro-Ministro, ou Candidato a Presidente da República, se as circunstâncias lhe forem favoráveis. Por isso a resposta, não pode ser outra: nim!